

CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO: Uma Perspectiva Histórica e Social

Alano José Soares Sandes¹

Ana Elizabeth Santos Alves²

Resumo

Os conceitos de trabalho e educação são relevantes dentro de uma perspectiva histórica e social, de modo a auxiliar na apreensão crítica, reflexiva e política da sociedade. Refletir sobre esses conceitos foi o objetivo deste estudo de revisão, de natureza teórica e conceitual. Além de descrever os dois fenômenos separadamente, também teve por foco o conceito trabalho-educação, separado por hífen, enquanto unidade semântica e não dois termos justapostos com sentidos específicos. Um debate sobre a questão do trabalho e educação na contemporaneidade também foi incluído, em razão da centralidade destes fenômenos na constituição social e subjetiva. Para este estudo, optou-se pelo uso de pressupostos e autores de vertente marxista, entendendo ser necessário um recorte teórico em razão da pluralidade semântica que os termos educação e trabalho oferecem. A discussão dos temas foi ancorada no entendimento da centralidade que estes elementos possuem na vida cotidiana das pessoas, atravessando a própria construção identitária e experiências simbólicas, afetivas e materiais da vida. Compreendeu-se que oferecer uma análise sociológica e histórica dos fenômenos trabalho e educação foi uma forma de compromisso com o coletivo e com a reflexão e crítica social.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Estudo de Revisão.

CONSIDERATIONS ON WORK AND EDUCATION: A Historical and Social Perspective

Abstract

The concepts of work and education are relevant from a historical and social perspective, in order to assist in the critical, reflective and political understanding of society. Reflecting on these concepts was the aim of this review study, of theoretical and conceptual nature. In addition to describing the two phenomena separately, it also

¹Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade pela UESB.

²Doutora em Educação pela UFBA.

focused on the concept of work-education, separated by a hyphen, as a semantic unit and not two terms juxtaposed with specific meanings. A debate on the issue of work and education in contemporary times was also included, due to the centrality of these phenomena in the social and subjective constitution. For this study, we opted for the use of assumptions and authors of a Marxist perspective, understanding that a theoretical approach is necessary due to the semantic plurality that the terms education and work offer. The discussion of the themes was based on the understanding of the centrality that these elements have in people's daily lives, going through the identity construction and symbolic, affective and material experiences of life. It was understood that offering a sociological and historical analysis of the work and education phenomena was a form of commitment to the collective and to reflection and social criticism.

Keywords: Work. Education. Review Study.

Introdução

Em cada momento da história da humanidade, a sociedade é orientada por representações da realidade decorrentes das experiências de tempo, espaço, cultura, economia e política em que se vivem. A vida de mulheres e homens, historicamente, é definida a partir de práticas, ideias e ações moldadas ao longo do tempo.

Um dos principais marcadores do século XXI é a nova morfologia social do trabalho que se origina do capitalismo global, se constituindo em um fenômeno de subjugação do homem-que-trabalha, a partir da precarização de sua força laboral. Esse resultado é consequência do enfraquecimento dos coletivos de trabalho que implicam em dinâmicas ideológicas, políticas, sociais e culturais comprometidas com o desmonte dos processos de luta de classe (ALVES, 2011).

O entendimento do mundo laboral, da força produtiva e seus impactos encontra uma contribuição essencial na obra de Karl Marx, que descreve um tipo de sociedade que se apropria do (a) trabalhador(a) como um produto, como qualquer mercadoria e serviço dentro do processo capitalista. O indivíduo precisa vender sua força de trabalho e tornar-se atrativo para o mercado, do mesmo modo que produtos ou serviços devem ser atrativos ao consumidor. É desse modo que surge a classe de operários modernos que passam a ter suas vidas a serviço do trabalho, com o objetivo

de aumentar o capital e os ganhos da burguesia, retroalimentando incessantemente o sistema, a medida que ampliam o capital e assumem com isso mais trabalho. O proletariado passa a ser uma mercadoria possível de ser negociada, modificada ou dispensada, como qualquer insumo disponível no mercado (MARX & ENGELS, 1848).

A força de trabalho passa a funcionar a serviço do capital, ajudando a regular modelos formativos que atendam ao mercado. A aprendizagem de uma profissão impõem aos sujeitos uma série de condições e habilidades possíveis de serem vendidas como mercadoria que, ao serem transpostas para a vida cotidiana, em termos de valores éticos do indivíduo e de relações sociais e familiares, nem sempre permitem ao sujeito desenvolver plenamente seu potencial humano. Nesse contexto, interessa o estudo de revisão da literatura sobre trabalho e educação na busca pela compreensão de como estes elementos impactam a experiência do homem no cenário produtivo atual.

A apropriação das categorias trabalho e educação na teoria social é relevante quando compreendida dentro de uma perspectiva histórica e social, auxiliando na apreensão crítica, reflexiva e política destes elementos que atravessam a vida humana. Tendo isso em vista, refletir sobre esses elementos foi o objetivo do presente estudo, de natureza teórica e conceitual. Além de descrever os dois fenômenos separadamente, também teve por foco o conceito trabalho-educação, separado por hífen, enquanto unidade semântica e não dois termos justapostos com sentidos específicos. Um debate sobre a questão do trabalho e educação na contemporaneidade também foi incluído, em razão da centralidade destes fenômenos na constituição social e subjetiva.

Metodologia

A revisão da literatura implica em uma análise de publicações sobre uma área de conhecimento específica, a partir de um recorte teórico que torne possível a apreensão do tema. Não se trata de uma mera reprodução de ideias já existentes,

mas do debate, da articulação e da apropriação de conceitos dentro de um quadro de referência que torna possível um novo olhar sobre determinados conceitos.

Para este estudo, optou-se pelo exame da literatura científica na perspectiva histórica e social, a partir de pressupostos e autores de vertente marxista. O tema foi compilado, interpretado e articulado com o objetivo de engendrar novas reflexões sobre os fenômenos em análise.

A estrutura textual envolve uma síntese a respeito do trabalho como categoria de análise, seguida de uma subseção específica sobre concepções em educação e, na sequência, a apreensão de trabalho-educação enquanto unicidade. O estudo também apresenta a relação entre esses dois fenômenos com o debate de aspectos e autores mais contemporâneos.

O trabalho como categoria de análise

Na obra *A Ideologia Alemã* (2015), Marx e Engels classificam as nações a partir do nível de desenvolvimento das forças produtivas, sendo este elemento um princípio universal estruturante de um Estado. A complexidade da produção está estreitamente ligada ao aperfeiçoamento da divisão de trabalho, na medida em que vão se tornando cada vez mais diferenciados os ramos e as subdivisões laborais. No interior desse sistema, tem-se a separação entre trabalho agrícola, comercial e industrial, cada qual com seus modos particulares de exploração da força de trabalho, de modo que a forma específica como os homens produzem seus meios de vida reflete na construção identitária do indivíduo. Nesse sentido, o que o sujeito é depende das suas condições materiais de produção, do que e como produz, e do tipo de relação social engendrada a partir disso, ou seja, a constituição do humano está estreitamente ligada ao mundo laboral.

O trabalho é um eixo fundamental no entendimento pleno dos valores e ações humanas, estando em primeiro plano para mediar a compreensão da realidade do mundo, o comportamento social e as relações entre os homens. A atividade laboral humana determina grande parte da experiência cotidiana da vida, de modo que não

existe nenhum aspecto abstrato da existência que não seja afetada ou explicada pelo trabalho (RANIERI, 2015). Ao contrário das atividades exercidas por outras espécies para garantir somente a subsistência, o trabalho humano não é meramente um fim orgânico e mecanizado, mas possui consciência, finalidade e planejamento, o que o classifica enquanto fenômeno social complexo e definidor do que é essencialmente humano.

No que se refere à complexidade do mundo laboral, os estágios de divisão de trabalho de cada sociedade determinam diferentes formas de organização social, relações entre indivíduos e modo de organização da propriedade. Marx e Engels (2015) se dedicam a descrever a evolução histórica e a complexificação da subespecialização do trabalho, desde as sociedades tribais, passando pelos modos de produção comunitário e feudal, até estruturas sociais mais elaboradas como consequência do aprofundamento da divisão social do trabalho. Tais estruturas resultam do surgimento de propriedades privadas imobiliárias, capitais e das subdivisões do trabalho em atividades e áreas distintas. Este fenômeno colocou em oposição o campo e a cidade³, o comércio marítimo e a indústria e, especialmente, as classes sociais.

Os autores demonstram o aprofundamento da divisão social do trabalho e sua configuração na apropriação particular da terra, na propriedade privada moderna das sociedades industriais, marcadas pela tensão entre a classe operária e os detentores dos meios de produção. Abrem caminho para explicar o processo histórico do capitalismo e a natureza da divisão social e técnica do trabalho.

Tal divisão pode ser elucidada pelas ações ampliadas por ideólogos e sacerdotes na circularidade de ideias, de consciência e de representações revertidas em moral, religião, leis, política, economia e todos os demais elementos estruturantes de um povo. O desenvolvimento dessas ideias é estreitamente ligado à atividade

³Modernamente, o fortalecimento do agronegócio como modelo laboral rural tem reduzido as diferenças entre o campo e a cidade. A aproximação entre estes dois territórios teve suas bases iniciais ainda durante a revolução industrial na Inglaterra, a partir do desenvolvimento de um capitalismo agrário proeminente. (WILLIAMS, 1989). Não há separação entre o campo e a cidade. Por exemplo, podemos observar uma forte ligação pela presença da tv, do celular, dos eletrodomésticos e das migrações temporárias.

humana concreta e material, de modo que o comportamento, intelectualidade, ideologia e pensamento dos indivíduos, construídos a partir da vivência do real, mostram que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo são estabelecidos de formas diferentes para sujeitos distintos.

Na análise do trabalho como uma realidade concreta, Marx aprofunda os seus estudos a partir de duas dimensões (MARX, 2002). Uma dimensão compreende a atividade laboral como um fenômeno vivo, consciente e livre que produz valor de uso concreto para a existência humana e é responsável pelo desenvolvimento do indivíduo e mediador da relação do homem com a natureza e com outros homens. A outra dimensão se refere a uma concepção de trabalho alienado, inerente ao modo de produção capitalista, determinado pelo trabalho assalariado e a transformação dos seres humanos em mercadoria. É imposto aos homens a redução em força de trabalho para a produção de mercadorias que têm, como fim último, valor de troca para a garantia da mais-valia aos donos do capital, ajudando a perpetuar essa formação social.

Uma sociedade que tem como fundamento a propriedade privada e o controle dos meios de produção pela classe dos proprietários, explora aqueles que dominam o processo de trabalho; transforma o trabalho em um elemento hostil e estranho com a qual o homem não se identifica, uma vez que o seu fazer não está sob seu controle pessoal. O capitalismo favorece a vivência de um trabalho formal e abstrato que, embora ainda necessite do labor enquanto valor de uso, o desvirtua para atender aos interesses do capital. Nesse sentido, para Marx, conforme Chagas (2011, p.7),

O produto do trabalho é um valor de uso, como linho, fio, casaco, cadeira, sapatos etc. Embora cadeira, sapatos sejam úteis à sociedade, o capitalismo não os produz tendo em vista simplesmente os valores de uso, mas produz esses valores de uso por serem o substrato material do valor de troca; ou seja, só produz um valor de uso que tenha um valor de troca, que seja destinado à venda, uma mercadoria de valor mais elevado do que o valor que foi necessário para produzi-la, isto é, superior à soma dos valores dos meios de produção (matéria-prima + desgaste de ferramentas) e da força de trabalho (salário), pelos quais o capitalista “antecipou” seu dinheiro no mercado. (CHAGAS, 2011 p. 7)

É a partir dessa lógica de trabalho enquanto valor de troca que o desenvolvimento da consciência humana ocorre, ou seja, esta é resultante, principalmente, da experiência laboral concreta que ocupa grande parte do tempo do homem. A consciência, portanto, não é naturalmente autônoma, mas sim decorrente das forças produtivas e de suas formas de relação. É a execução das atividades laborais que ancoram a noção de realidade do indivíduo, sendo o chão de onde surgem os pensamentos e o comportamento observável. A condição humana é produto da experiência cotidiana, da dinâmica viva do real, de modo que os conflitos de classe, a submissão do proletariado e a sua luta por libertação não podem acontecer no campo das ideias e sim no mundo real e através de meios concretos.

Marx e Engels (2015) elucidam que a libertação do homem é um fato histórico e não intelectual, devendo ser favorecida por um tipo de progresso da agricultura, do comércio e da indústria que liberte o(a) trabalhador(a) da necessidade permanente de satisfazer, pela atividade manual incessante, suas necessidades básicas e as dos outros homens, através da venda de sua força laboral na realização de tarefas limitadas e que não controla. A forma como se organiza a divisão de trabalho, em que os interesses individuais do proletariado não convergem com os interesses das classes dominantes, torna o trabalho um elemento que opõe e subjuga, sendo dominador do homem ao invés de ser por ele dominado. Em uma sociedade comunista, pós superação do capital, o homem não está comprometido com uma parcela fixa e exclusiva de uma tarefa laboral específica e, embora possa se aperfeiçoar nela, ganha liberdade de atuar em múltiplos fazeres, de acordo com seus talentos próprios e interesses pessoais, sem a obrigação de ser permanentemente uma coisa ou outra.

No mundo dominado pelo capital, a divisão de trabalho é definida por parcelas de atividades isoladas que, quando somadas, geram um produto destinado ao lucro dos donos dos meios de produção. Este processo não pode ser confundido com uma força laboral colaborativa, porque não é voluntária e distancia o proletariado do domínio da cadeia produtiva e de sua finalidade última, uma vez que o trabalhador desconhece o processo completo e apenas executa partes do produto. Ao não possuir qualquer poder sobre o seu fazer, o proletário acaba sendo dirigido pela atividade

produtiva que realiza, ao invés de dirigi-la. Este fenômeno é denominado por Marx e Engels como o processo de alienação do homem.

Na sociedade capitalista a atividade laboral é desvirtuada por meio do processo de exploração e precarização do trabalho. O valor-trabalho como uma forma de garantir a produção de mercadorias e o lucro da burguesia é uma categoria definida historicamente. Nesse sentido, passível de mudança a partir de uma revolução engendrada por condições históricas concretas de vida, decorrente da luta de classe gerada pela situação perversa a que o trabalhador é submetido (POSTONE, 2015). A categoria-chave trabalho continua sendo a base de uma possível formação social pós-capitalista, mas, nesse cenário, as práticas laborais são livres das amarras que as caracterizam na sociedade regida pelo capital. Em um contexto comunista, a atividade laboral segue presente em todos os momentos de sociabilidade do homem, como um elemento natural e essencial, uma vez que se apropria de materiais naturais e os transformam em produtos com valor de uso na satisfação das necessidades humanas e sociais, além da garantia de sua subsistência (CHAGAS, 2011).

Neste diapasão, o(a) trabalhador(a) encontra-se livre e ativo para projetar em sua atividade laboral os seus interesses de vida, de modo que o trabalho se confunde com a própria existência, sendo uma necessidade interna, uma parte integrante da identidade do homem. Dessa forma, o indivíduo não trabalha por uma demanda compulsória e estranhada de si, apenas para obter parcamente os meios que assegurem sua sobrevivência. O trabalho, neste cenário, ganha novos contornos, possui teleologia e resulta da tendência humana para se realizar enquanto ser social na sua relação consigo próprio, com a natureza e com outros homens (ANTUNES, 2015).

Concepções sobre educação

Marx não se dedicou a formular, de modo sistematizado, uma teoria sobre a educação. No entanto, como um dos teóricos sociais da modernidade mais influente do ocidente, seu trabalho se debruça sobre questões que se apresentam como

importantes contribuições para a área. Ao lançar as bases do materialismo histórico, denunciou as contradições do capitalismo industrial que coloca de lados opostos e inconciliáveis a burguesia – dona dos meios de produção –, e a classe operária – explorada em sua força de trabalho para assegurar o mínimo necessário à sobrevivência. Tendo orientado seus estudos para a realidade e para as condições históricas concretas, possibilita a discussão de conceitos como dialética (enquanto possibilidade de constante transformação) e historicidade, fenômenos que se refletem no âmbito da educação enquanto pertencente à superestrutura (cultura), sujeita às condições concretas de existência (infraestrutura) e aos modelos produtivos da sociedade (SAUL, 2014).

De acordo com Maceno (2017), na contemporaneidade vive-se um período de crise estrutural do capital, nem sempre capaz de garantir ciclos econômicos expansivos e impedir períodos de grande restrições financeiras. Nesse cenário, espera-se que a educação possa exercer um papel central na tentativa de dirimir os danos causados pelo modelo capitalista da vida, nocivo ontologicamente e já em sua origem, ao assumir uma função social de mediar a relação do homem com o sistema capitalista. No entanto, essa hipervalorização da educação como capaz de resolver problemas que estão fora de sua possibilidade de atuação, cuja responsabilidade é de ordem econômica, gera uma ilusão de que determinantes educativos poderiam salvar ou impedir o fracasso do sistema ao interferir na sociabilidade, ou seja, na possibilidade de diálogo e resolução de conflitos enquanto inserida dentro do próprio capitalismo. Nesse sentido, a educação acaba por ser superdimensionada ao ser colocada no lugar de redentora do sistema e da totalidade social por ele gerada.

Sobre a questão, Mészáros (2005) se ocupa em discutir qual afinal seria o papel da educação na constituição da sociedade e do indivíduo. Ao analisar suas possibilidades e limitações dentro do complexo capitalista, a partir dos ensinamentos marxistas, sinaliza que a função vital da educação só é passível de realização ao assumir seu caráter revolucionário de auxiliar na superação do capital e não de produzir caminhos de liberdade dentro dele, o que é irrealizável. Deve, portanto, lutar para libertar o proletariado da perniciosa máquina de alienação, geração de lucros, produção de mercadorias e exploração da força de trabalho. Neste sentido, a

educação só pode assumir papel estratégico de destaque na emancipação do homem quando comprometida com a construção de uma nova ordem social autossuficiente, devendo apontar caminhos para chegar a este novo modelo socialista de sociedade. Para isso, o processo educativo precisa agenciar modos de execução dessa nova forma de vida ao denunciar as contradições do capital e ao incentivar uma espécie de contraconsciência que ajude os indivíduos a se libertarem dos controles engendrados pelo capitalismo sobre o trabalho, produção e mesmo sobre a existência. Pela educação se torna necessário aprender uma nova forma de vida.

As reais possibilidades da educação no interior da sociedade só se concretizam na inexistência da propriedade privada dos meios de produção e da divisão social do trabalho, o que somente ocorrerá a partir do colapso do sistema capitalista, deteriorado pelos próprios conflitos internos e acirramento das contradições inerentes à própria atividade produtiva (MARX E ENGELS, 2006).

É partindo dessa leitura de mundo que Mézáros (2005) denuncia que mesmo belas utopias educacionais reformistas podem estar a serviço do capital quando surgem a partir das limitações de ideias disponíveis dentro do próprio sistema. Assim, embora esteticamente semelhante a um posicionamento de oposição, ainda estaria funcionando em favor do capitalismo. Quando as ideologias educativas conseguem romper com os interesses dominantes é que podem ancorar historicamente novas possibilidades. Eis, portanto, dois papéis que a educação pode exercer, um na contramão do outro. Em um ponto, atende às demandas do capital ao oferecer condições objetivas para sustentar a ordem social vigente na medida em que ensina a atividade laboral destituída dos meios de produção do mesmo modo que ensina os indivíduos a se sujeitarem aos valores, ideologias e moral do sistema capitalista. Em outro extremo, pode estar a serviço da elaboração de pensamento crítico, perspectiva histórica e estratégias para a superação das condições de existência que subjugam o homem a uma lógica de produção cruel e punitiva.

Ao discorrer sobre a pedagogia marxiana, Manacorda (2010) realiza uma análise minuciosa da obra de Marx e Engels, debatendo a evolução do tema educação para esses teóricos. Sinaliza que princípios educativos libertários de fato só podem existir após uma revolução comunista, em que o trabalho não atende mais à

propriedade privada, estando finalmente vinculado à natureza e à consciência do homem. Em um modelo socialista de sociedade, o papel do Estado sobre a escola deve ser somente de supervisionar o nível de instrução dos docentes, os recursos pedagógicos e quais componentes curriculares devem ser ministrados. De resto, não pode haver interferência religiosa ou governamental de nenhum tipo sobre a educação do povo. Marx defende uma escola do tipo prático-profissional, embora distanciada da instrução laboral infantil, e que atenda às demandas de trabalho de uma sociedade igualitária. Nesse sentido, difere do ensino profissional que serve para suprir as necessidades da propriedade privada e a divisão do trabalho, fortalecendo o modelo produtivo capitalista.

Ainda sobre a educação, Afonso e Gonzalez (2019) expõem as ideias marxianas a respeito do ensino politécnico e tecnológico, informando que estes conceitos são polêmicos entre os estudiosos marxistas. Existem os defensores da ideia de que Marx tem os dois termos como sinônimos, defendendo a aprendizagem politécnica, assim como há os estudiosos que criticam esse modelo como representativo do pensamento do filósofo alemão. Para Marx, uma aprendizagem politécnica ensina o trabalhador a exercer diferentes tarefas, libertando-o de uma habilidade restrita e isolada que escraviza o operário ao domínio de partes laborais limitadas e das fragmentadas. Dessa forma, o homem se torna capaz de performatizar em diferentes ramos, ganhando maior autonomia e entendimento sobre todo o processo produtivo. Em relação ao ensino tecnológico, este contempla a teoria e a prática, os aspectos científicos, intelectuais, prático-teóricos e manuais da atividade produtiva. Partindo dessa perspectiva, a aprendizagem tecnológica é a mais convergente com a perspectiva da revolução comunista, atendendo a uma lógica de formação omnilateral, ou seja, integral e ampla. A educação tecnológica não está comprometida com a preparação do indivíduo exclusivamente com o exercício de atividades produtivas, que pouco contribuem para a transformação das condições de trabalho da classe operária. Ao levantar este contexto histórico das formulações de Marx e Engels, Afonso e Gonzalez disponibilizam concepções sobre processos laborais e educativos ainda muito atuais e aplicáveis na contemporaneidade.

Saviani (2011, 2018) propõe uma pedagogia histórico-crítica baseada na obra de Marx, partindo da análise aprofundada de sua teoria para escrutinar a fundo os processos pedagógicos, com a intenção de conhecer seus objetivos e diretrizes e então investir em uma completa reorganização do trabalho educativo. Sua proposta visa estabelecer as bases para a construção de um novo foco educativo, direcionado à implementação de uma nova sociedade e cultura a partir de transformações severas nos conteúdos curriculares, instituições formadoras, educadores e finalidades educacionais. Tendo como base os fundamentos marxistas, Saviani sinaliza que a superação da pedagogia tradicional, liberal e burguesa só pode ocorrer em concomitância com a luta para romper com a formação social em que essas pedagogias surgiram. Anuncia a necessidade de superar a aprendizagem passiva, mecânica e pouco reflexiva hoje imposta aos alunos, de modo a construir as bases para a abolição da atual forma histórica do trabalho humano alienado, substituindo-a por uma sociedade pós-capital mais livre e humanizada.

Essa perspectiva marxiana de educação, possível de ocorrência em uma sociedade que supere o capitalismo, prevê um processo pedagógico que ofereça liberdade para o desenvolvimento humano e igualdade entre os indivíduos para alcançá-lo. O homem omnilateral, sem amarras definidas pela rígida divisão do trabalho, torna-se dono de sua práxis e está apto para o exercício de um conjunto diverso de atividades, sendo estimulado a desenvolver livremente suas habilidades. A liberdade para ser e agir é um dos principais marcadores do pensamento marxista para a educação. Marx optou por não descrever aspectos detalhados sobre os processos pedagógicos em uma sociedade comunista, pós capital, por acreditar ser um equívoco se debruçar sobre modelos educacionais utópicos, quando ainda não existe um tecido social e fundamentos concretos para defini-los, tornando meras elucubrações ou tentativas não recomendadas de estabelecer regras e modelos burocráticos para a educação do povo (VIANA, 2004).

Trabalho-educação como unidade semântica

Embora “trabalho” e “educação” sejam dois termos distintos e podem ser apropriados de forma particular, como bem sinaliza Ciavatta (2019a), tem sido corrente no Brasil, a partir dos anos 1990, a adoção desses fenômenos como uma unidade semântica e epistemológica na busca de respostas para um conjunto de fenômenos complexos.

A referida pesquisadora é responsável por uma rica análise desses dois termos como uma unidade de sentido ao tratar de questões que na teoria e na prática encontram-se articuladas. Tendo como norte as concepções marxistas, tece uma minuciosa linha de pensamento a respeito da realidade social e histórica da educação e do trabalho como uma categoria única e dinâmica, definida a partir das relações sociais, afetivas, materiais e morais engendradas pelos sujeitos sociais.

Ao longo de sua trajetória acadêmica, Ciavatta (2017) se ocupa em descrever os processos educativos em sua relação com o capital e com a atividade produtiva, tendo como recorte interpretativo a crítica à economia política e a análise da vida social propostos por Marx (2002). Na obra marxiana, o trabalho é compreendido de uma forma mais ampla, estruturante do ser e inerente ao processo de tornar-se humano, a partir das condições laborais e de vida da classe operária, sua rede de pertencimento, ideologias, afetos, relações sociais e a história da classe trabalhadora. É dentro dessa universalidade que se articula a relação indissociável com a educação, por sua importância política e instrumental para a sociedade, bem como por sua participação para o conhecimento e as transformações geradas no mundo do trabalho (MACHADO, 2005).

Trabalho-educação enquanto categoria histórica também formam uma totalidade analítica, conforme apontam Ciavatta (2019b) e Machado (2005). Mantendo-se fiel a concepção marxista do mundo, as estudiosas retomam os ensinamentos de Marx (2002), para o qual a história é uma produção social da existência que acontece nos eventos reais do cotidiano, no espaço-tempo em que ocorrem, e a partir da dinâmica social tecida pelos homens comuns, nas ações e mediações dos sujeitos, das classes sociais e dos conflitos entre elas. Nesse sentido,

trabalho-educação também deve ser apropriado historicamente a partir do momento em que se vive, tendo como palco as mudanças na atividade produtiva em cada época, as possibilidades laborais, a divisão social do trabalho em determinado contexto, a luta de classes, os modelos educativos, os sistemas de aprendizagem e os objetivos formativos, sempre interpretados a partir de cada período histórico.

A respeito da unidade semântica trabalho-educação, Ciavatta (2019a) segue sua análise ao descrever duas expressões que se referem a uma mesma realidade, embora conceitualmente diferentes – o “trabalho como princípio educativo” e o “princípio educativo do trabalho”. A autora utiliza o termo “princípio” no sentido de lei, fundamento, concepção ontológica para pensar o sujeito, que possui bases históricas e normas implícitas que regem os processos sociais. É a partir desse ponto que é possível analisar o trabalho como capaz ou não de educar dentro de uma lógica humanística e de desenvolvimento do potencial humano. Nesse sentido, sinaliza a relevância do trabalho na educação da juventude, não somente na aprendizagem de um ofício e domínio da técnica, mas também na aquisição de conhecimento científico sobre a atividade produtiva e a compreensão das relações de classe no capitalismo.

Ainda destrinchando o trabalho como princípio educativo, Machado (2005) referencia estudiosos (em especial Antônio Gramsci) que analisam a relação da educação com a política e com o trabalho. Descreve a indissociabilidade do homem à comunidade humana do qual faz parte, local onde produz e consome bens materiais e espirituais e também onde deve ser educado como ser político, capaz de tomar decisões e ocupar postos de direção na sociedade do qual participa. Para isso, é necessário garantir um modelo educativo que prepare para a realidade do trabalho, para as mudanças tecnológicas e para as transformações sociais. Mais do que isso, que ensine educação de classe, que seja democrático e que permita o desenvolvimento de pensamento crítico, humanístico e histórico.

Em relação ao princípio educativo do trabalho, o principal foco é a atividade laboral na sociedade capitalista, buscando problematizar a condição de exploração do trabalhador, que torna submisso e alienado o homem ao capital, distanciando-o do trabalho que humaniza ao submetê-lo a produzir um produto que não lhe pertence. No mundo dominado pelo capital, o poder educativo do trabalho ocorre pelo exame

das condições laborais e percepção da hiper valorização da mercadoria e da precificação da força de trabalho em situação de exploração e realização dos interesses daqueles em posse dos meios de produção (CIAVATTA, 2019a). A natureza alienadora ou educativa do trabalho é definida no contexto social, a partir de múltiplos fatores determinantes, que podem servir ao capital na condição laboral de exploração ou pode ter função pedagógica, ao produzir um meio de vida, sociabilidade e conhecimento.

A pesquisadora faz referência a obra de Lukács (1978) ao analisar o princípio educativo do trabalho enquanto possibilidade de contradição. Neste sentido, assinala o papel do trabalhador em sua capacidade de perceber as condições insalubres e perversas de exploração em que se encontra, tendo a oportunidade, a partir desse ponto, de iniciar movimentos contraditórios à lógica imposta e lutar pela liberdade inerente à condição humana. As ações educativas são possíveis na medida em que se confere historicidade e possibilidade de protagonismo para atos humanos.

Ao se considerar o campo trabalho-educação enquanto unidade semântica, para além dos processos formativos para atividades laborais mecanizadas que atendam as demandas capitalistas, torna-se necessário dirigir atenção também para os ambientes informais de educação para o trabalho, que envolvem os movimentos sociais, organizações não governamentais, cidadania e cultura. São espaços que vão de encontro ao movimento disciplinado, competitivo, produtivista das relações subjugadas a um mercado de trabalho cada vez mais desregulamentado. Nessa linha, adota-se uma visão mais ampliada da educação, que deixa de ser meramente tecnicista, compreendendo-a como um processo humano natural para entendimento do mundo e do trabalho como estruturante da vida social e da dignidade do homem (CIAVATTA, 2019a).

Ao se referir ao papel da educação no trabalho existe, portanto, duas dimensões, uma que descreve o homem alienado, subjugado e explorado pela lógica capitalista; e outra, definida pelo processo de hominização na luta política, na busca pelo conhecimento e na transformação da realidade. Somente politicamente e no embate contra a estrutura produtiva do capital é que o trabalhador pode surgir de uma forma mais consciente de si.

Compreender a serviço de que e de quem cada modelo educativo se estrutura exige atenção e pensamento crítico. Machado (2005) alerta para a função da escola de assegurar uma formação que atenda às demandas do mercado de trabalho e do capital, seguindo uma estrutura e finalidade que frequentemente educa para a submissão do homem à atividade produtiva. Neste sentido, “é organizada segundo a divisão do trabalho e adota também as características da racionalidade, regularidade, controle de resultados, estratégias especiais de atuação, condições de organização” (MACHADO, 2005, p. 135). Em contraposição, existe a luta pelo direito à educação pública, acessível e de qualidade, que está a serviço da sociedade e que se concretiza nos processos de resistência de trabalhadores, pesquisadores e professores.

Trabalho e educação na contemporaneidade

Ao analisar os fenômenos contemporâneos, Druck (2011), Rosenfield (2011) e Antunes (2018) alertam para os problemas de um período histórico em que a sociedade está completamente submetida às imagens, às variações e às mudanças situacionais, não sendo possível obter garantias e seguranças na vida profissional e pessoal. Toda essa incerteza é resultado de um movimento muito próprio da atualidade, de caráter estrutural do capitalismo, já denunciado por Marx (2002), e que se apresenta na contemporaneidade de forma exacerbada, reunindo muito do instável atualmente vivido sob o nome de Reestruturação Produtiva. Este fenômeno é resultante de uma ideologia neoliberal e de um mundo cada vez mais globalizado, com alterações importantes para a experiência humana.

Druck (2011) alerta que, na transição para o século XXI, o mundo do trabalho experimentou transformações significativas que só podem ser entendidas numa perspectiva histórico-dialética, em que velhos modelos de produção se reconfiguram, passando por um complexo processo de metamorfose social, em que novas formas e condições laborais e novas relações sociais entram em funcionamento, não necessariamente como uma ruptura com o passado, mas como uma espécie de reconfiguração das contradições histórico-sociais do trabalho. Nesse sentido, a

precarização da atividade produtiva é, simultaneamente, um novo e velho fenômeno. Novo porque a mundialização do capital, caracterizado principalmente pelo neoliberalismo, acumulação ilimitada de capital, concorrência intercapitalista, busca incessante pelo lucro e capitalismo financeiro hegemônico, reestruturou a produção e o trabalho, tornando-o flexível e afetando especialmente as formas de execução laboral e as lutas dos trabalhadores. Velho porque se manteve sua característica mais essencial, no qual as relações sociais são ancoradas pelo trabalho assalariado, isto é, pela compra e venda da força laboral do homem, ainda que através de contratos e meios de exploração diferentes.

Antunes (2018) busca analisar a nova morfologia do trabalho na era digital, se debruçando sobre a classe trabalhadora no século XXI, para o qual compreende ser escrava de um modelo laboral que gera adoecimento, sujeição, sofrimento e desumanização. O autor critica a nova tendência pela terceirização, que denuncia ter caráter devastador para o proletariado. Segue alertando para os efeitos nocivos dos novos modelos de prestação de serviços, definida pelo trabalho informal, imaterial e sem proteções legais, sendo esta a nova realidade estruturante do cenário laboral brasileiro. O método contemporâneo de exploração do valor do trabalho humano acaba por extrair os vínculos de solidariedade e de luta coletiva, tornando ainda mais precárias as condições de vida da classe operária. Os tempos atuais testemunham uma nova forma de escravidão, agora digital, marcada pela uberização e pejetização do labor, assim como pela flexibilização dos contratos de trabalho e pela exigência de que o trabalhador estabeleça pessoa jurídica para celebrar contratos simulados de prestação de serviços, sendo obrigado a abrir mão da tutela da legislação trabalhista.

Eis que no atual contexto, as palavras de ordem são flexibilidade, individualidade, lucratividade e imediatismo. A exacerbação dos valores capitalistas, já tão perversos conforme debatido na obra marxista, ganha novos contornos, engendrando diferentes formas de organização do trabalho, e de relações sociais e profissionais. Como consequência, a reestruturação produtiva é responsável por uma precarização ainda mais profunda do trabalho, para atender a um mercado cada vez mais instável. As circunstâncias recentes são perversas e destrutivas para o indivíduo, que depende de um mercado profissional com taxas cada vez mais alarmantes de

desemprego e. cujo trabalho vem sendo rapidamente precarizado, impossibilitando, de forma irremediável, a relação orgânica e saudável do homem com a natureza e a sociedade (ANTUNES, 2001).

Dois aspectos da reestruturação produtiva são bastante significativos. O primeiro deles, como já mencionado, é o incremento do desemprego, componente estrutural do capitalismo, formando o que se chama de “exército industrial de reserva”, a fim de manter o preço da força de trabalho a custos mais baixos e garantir a acumulação de capital para aqueles que detêm os meios de produção. No mundo hodierno, o desemprego possui características que ampliam a substituição do homem pela máquina já presentes em momentos anteriores do capitalismo, conforme aponta Marx (2002).

Um outro aspecto profissional relevante diz respeito à necessidade de sujeitos flexíveis. Em uma sociedade em que a produção é guiada pelo mercado, cujo dinamismo é demasiado para permitir que se façam as coisas do mesmo jeito, ano após ano, cria-se uma realidade na qual tudo se torna obsoleto rápido demais: produtos, conhecimentos, funções. Nesse sentido, a fim de atender as necessidades do consumo e aos interesses do capital, a natureza do trabalho se modifica constantemente e as organizações se vêm sob a necessidade de constantes redefinições, recomposições, adaptações.

De acordo com Rosenfield (2011), a implementação de novas formas de organização do trabalho configura diferentes tendências do mercado, estruturadas com base em trabalhadores habilitados, que sejam flexíveis, adaptáveis e disponíveis para mudanças ou, em oposição, caracterizadas por mão de obra pouco qualificada, que apresentam habilidades facilmente encontradas no mercado, que exigem pouca qualificação e, portanto, são facilmente substituíveis. Independentemente do nível instrucional, de modo geral, os trabalhadores gozam de menos segurança, pois são contratados para atividades temporárias, com vínculos parciais e por tempo determinado. A atual tendência dos mercados é reduzir o número de trabalhadores estáveis e empregar cada vez mais uma força de trabalho facilmente admitida e demitida sem custos, situação confortável para o empregador, ao criar vínculos mais frágeis, facilmente rompíveis e menos onerosos.

A exemplo de associações passageiras, existem ainda os contratos flexíveis, como no caso da terceirização que, conforme assinala Druck (2002), pode ser considerada a principal política de gestão e organização do trabalho no interior da reestruturação produtiva. Adicionalmente, vêm se intensificando outras formas de subproletarização da atividade laboral, como é o caso dos trabalhos vinculados à economia informal, precarização das condições de trabalho, baixos salários, desregulamentação e conseqüente perda de direitos sociais, ausência de proteção e expressão dos sindicatos, além da redução do comprometimento e responsabilidade das organizações para com as condições de saúde e segurança dos empregados. As novas formas de organização do trabalho flexíveis vêm fazendo sucumbir o emprego nos moldes em que se encontrava disponível há algumas décadas, ampliando a lógica de exploração capitalista denunciada na obra marxista e que sempre presente, embora agora ainda mais implacável.

As mudanças no cenário profissional conduzem à discussão para um outro aspecto intrinsecamente a ele vinculado, a educação. Como conseqüência de tantas mudanças significativas no mundo do trabalho, o atual contexto econômico exerce pressão sobre o trabalhador, exigindo novas habilidades e um perfil diferente para o bom desempenho profissional na contemporaneidade. Segundo Ferreira (2017), estão em funcionamento hoje novos desafios para os indivíduos, sob os quais recaem a responsabilidade pelo desenvolvimento de competências úteis ao mercado, obrigando os sujeitos a apresentarem ações contundentes para aprimoramento da própria formação, que envolvam autogestão, planejamento pessoal e construção interna da carreira. A questão é que numa era de desinvestimento público e de carreiras autodirigidas, os empregadores transferem, cada vez mais, a total responsabilidade do desenvolvimento profissional para o empregado.

Embora a nova ordem seja correr riscos e manter-se aberto às mudanças, para Magalhães e Gomes (2007), as exigências por um tipo de profissional autossuficiente denunciam o caráter solitário de cada pessoa na busca por sua empregabilidade. Num cenário de enfraquecimento dos sindicatos, fraca identidade ocupacional e Estado não protetor, cada sujeito é obrigado a gerenciar sua própria vida profissional e oferecer habilidades e atitudes descritas adaptáveis às instabilidades do mercado. Este

trabalhador-mercadoria, propriamente citado por Marx e Engels (2006) e tão facilmente observado no século XXI, está submetido a modelos educacionais que o prepare para conviver com a instabilidade e incertezas do mercado. No regime flexível, é esperado que a educação cumpra o papel de ensinar o indivíduo a lidar com tarefas não definidas claramente, tendo capacidade para estar sempre aberto às mudanças constantes, além de assumir riscos e de responsabilizar-se por eles. Neste sentido, conforme ensinamento marxista, a educação dentro do sistema capitalista está a serviço da manutenção da lógica produtivista.

Conforme assinala Manacorda (2010), Marx defende que a educação só pode ser libertária a medida em que atua com a intenção de favorecer uma transição para um sistema socialista e acredita que esse papel só será possível se os processos educacionais puderem ocorrer de forma revolucionária e expor as contradições do capital e da divisão do trabalho. Se não houver este compromisso, os modelos pedagógicos estarão sempre subservientes ao capital.

Nesse cenário, a educação superior tem papel importante, uma vez que é responsável pela formação profissional daqueles que ocupam as funções de maior relevância intelectual, com melhores condições de desenvolver em seus alunos consciência social e pensamento crítico, colocando em evidência as contradições e perversão do sistema capitalista na contemporaneidade. As instituições de ensino superior são as que mais se aproximam do que Marx descreve como o ensino tecnológico, que oferece maior protagonismo ao disponibilizar habilidades teóricas, práticas e científicas ao indivíduo (MANACORDA, 2010).

Considerações finais

Este estudo buscou refletir sobre questões referentes aos conceitos de trabalho e educação a partir de uma perspectiva sociológica e histórica e, mais especificamente, das concepções do materialismo histórico. A escolha por uma vertente analítica foi necessária ao se considerar a pluralidade semântica, ideológica e mesmo política que os termos educação e trabalho engendram.

A discussão desses fenômenos foi ancorada no entendimento da centralidade que o trabalho e a educação possuem na vida cotidiana das pessoas, atravessando a própria construção identitária, conforme se verificou ao longo do texto. Nesse sentido, as ideias marxistas são atemporais. Nunca envelhecem justamente porque compreendem mulheres e homens como sujeitos cujo processo de humanização ocorre a partir das condições concretas de existência. Partindo desse raciocínio, poucos fenômenos são tão representativos de uma produção social e concreta da realidade quanto os modos de se trabalhar e educar em uma determinada sociedade. Não sem motivo, a pesquisadora Ciavatta defende a junção dos dois termos em um, trabalho-educação, enquanto unidade semântica, uma vez que são ambos produtos sociais em constante diálogo, um habitualmente servindo ao outro nas experiências simbólicas, afetivas e materiais da vida.

Tecer uma análise sociológica e histórica destes fenômenos é uma forma de compromisso com o coletivo e com a reflexão e crítica social, na medida em que só é possível pensar e agir em prol de um sistema mais justo coletivamente quando se compreende os mecanismos e formas de organização que atravessam uma sociedade. Sabe-se, por exemplo que, embora as questões contemporâneas em que o trabalho e a educação estão inseridas afetem globalmente os sujeitos, estas acabam deixando alguns grupos – economicamente vulneráveis – mais fragilizados e desprotegidos no sistema de produção capitalista. Compreender as forças atuantes em um grupo social é fundamental para oferecer alguma resistência em direção oposta.

Referências

AFONSO, Anthonie Mateus Magalhães, GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. Karl Marx: Educação Tecnológica/Politécnica e a atualidade das suas reflexões. **Plurais-Revista Multidisciplinar**, v. 4, n. 3, p. 149-169, 2019.

ALVES, Giovanni. Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. **Trabalho e Saúde – A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. São Paulo: LTR**, p. 39-55, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, p. 35-48, 2001.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. Boitempo Editorial, 2015.

_____. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo editorial, 2018.

CHAGAS, Eduardo Ferreira. A determinação dupla do trabalho em Marx: Trabalho concreto e trabalho abstrato. **Outubro. São Paulo**, v. 1, p. 1-14, 2011.

CIAVATTA, Maria. **Como se escreve a história de trabalho-educação. Caminhos para a historiografia**. Niterói: UFF, 2017.

_____. Trabalho-Educação: Uma Unidade Epistemológica, Histórica E Educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 32, p. 132-149, 2019a.

CIAVATTA, Maria et al. A historiografia em trabalho educação: como se escreve a história da educação profissional. **Uberlândia: Navegando publicações**, 2019b.

DRUCK, Graça. FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO: formas contemporâneas de dominação do trabalho. **Caderno CRH**, v. 15, n. 37, 2002.

_____. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. **Caderno CRH**, v. 24, n. SPE1, p. 37-57, 2011.

FERREIRA, Odair. Gestão Estratégica e Carreira: O planejamento para a autogestão. **Revista Eletrônica Científica da FAESB**, v. 1, n. 1, 2017.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo, nº 4, 1978.

MACENO, Talvanes Eugênio. Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista. **São Paulo: Instituto Lukács, 2017.**

MACHADO, Lucília. Trabalho-educação como objeto de investigação. **Revista do Nete-UFMG**, v. 14, n.2, jul.-dez., 2005.

MAGALHÃES, Mauro, GOMES, William. Personalidades Vocacionais e Processos de Carreira na Vida Adulta. **Psicologia em Estudo**. Maringá. v. 12, n.1, Jan.-Abr., p. 95-103, 2007.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Trad. Newton Ramos de Oliveira. 2ªed. Campinas-SP: Alínea, 2010.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro I, vol. 2. **Karl Marx, 2002.**

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Centauro, 2006.

_____. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2015.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

POSTONE, Moishe. **Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx**. Boitempo Editorial, 2015.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética**. Boitempo Editorial, 2015.

ROSENFELD, Cinara Lerrer. Trabalho decente e precarização. **Tempo social**, v. 23, n. 1, p. 247-268, 2011.

SAUL, Fernanda Quatorze Voltas. A educação no pensamento de Karl Marx. **Veras**, v. 4, n. 1, p. 25-36, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

_____. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores associados, 2018.

VIANA, Nildo. Marx e a Educação. **Estudos (Goiânia)**, Goiânia, v. 31, n. 3, p. 543-566, 2004.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.